

Na reunião de 23 de maio de 2018,  
foi aprovado, com votos a favor do  
PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a  
abstenção do PS.

PSD

Exmo. senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de

Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Bacelar de Vasconcelos

Assunto: Audição do Ministro da Administração Interna

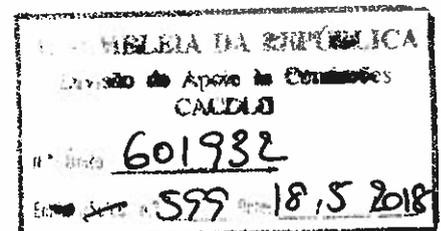
O Ministro da Administração Interna anunciou que no início da época de Combate a incêndios estariam no terreno 55 meios aéreos. Mais anunciou no parlamento que esse dispositivo já estaria garantido com a celebração de um acordo com a empresa italiana Em-otech, por ajuste direto de 20 meios aéreos.

Sucede que esta semana fomos confrontados com várias notícias nos meios de comunicação social dando conta da frustração do tão propalado negócio para aquisição dos anunciados meios aéreos com a empresa italiana, mais tivemos conhecimento que o Ministério da Administração Interna (MAI) estará agora a negociar, também por ajuste direto, com as empresas portuguesas Helibravo, Babcock, e FITA, a contratação desses meios aéreos em falta. Empresas essas inicialmente recusadas por, como afirmou o Primeiro Ministro António Costa, atuarem em sistema de cartelização.

Ainda mais preocupante é o facto de agora se saber que, ao contrário do que afirmou o Ministro da Administração Interna, os meios aéreos não estarão disponíveis antes de junho.

Neste momento, ao contrário do que foi garantido aos portugueses, o MAI dispõe apenas de 13 meios aéreos contratados, faltando contratar mais 28.

De acordo com o novo Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, os GIPS, que são elementos essenciais nas ações de prevenção e no ataque inicial, vão passar a atuar também nas operações de ataque ampliado aos incêndios rurais.



Ora sucede que, para além dos problemas com a contratação dos meios aéreos, têm vindo a público várias notícias segundo as quais os GIPS, que agora terminaram a sua formação, não tem disponível equipamento de proteção individual (capacetes, cogula, luvas, fardas...), tal como não têm disponíveis viaturas e material (rádios, telemóveis, computadores, impressoras...) contando apenas com alguns rádios usados que talvez possam utilizar, alguns telemóveis e alguns computadores usados da Brigada de Trânsito e não se saberá quando terão esses meios ao seu dispor. Esta situação, em plena época de incêndios, põe em causa a capacidade do dispositivo de combate para exercer a sua missão de proteção das populações e do nosso território.

Acresce que a larguíssima maioria dos municípios que têm território em zona classificada de alto risco de incêndio vai falhar o prazo que o governo estabeleceu para a limpeza dos terrenos, de facto dos 189 concelhos que o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas considerou precisarem de intervenção prioritária, apenas 13 garantem que vão ter os trabalhos concluídos a 31 de maio.

Perante a contradição entre a realidade e o anunciado pelo Ministro da Administração Interna e considerando que já estamos em plena época de incêndios e está em causa a segurança de pessoas e bens, torna-se importante e necessário que sejam dadas todas as explicações sobre o ponto de situação na contratação dos meios aéreos, bem como da situação dos GIPS. Importa ainda que o Senhor Ministro da Administração prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação da limpeza de terrenos e faixas de gestão de combustível para prevenção dos incêndios florestais.

Nestes termos o Grupo Parlamentar do PSD considera fundamental e urgente a audição do Ministro da Administração Interna, o que ora se requer.

Assembleia da República, 18 de Maio de 2018.

Os Deputados do GPPSD